

PARA ALÉM DO CÂNONE: FILOSOFIA, PLURALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAR

BEYOND THE CANON: PHILOSOPHY, PLURALITY AND DECOLONIZATION OF
THOUGHT

Josineide Gomes do Nascimento Barbalho¹

Valmir Pereira²

Resumo:

O artigo problematiza a centralidade histórica do cânone filosófico europeu na formação acadêmica, evidenciando que ele foi apresentado como expressão universal da razão, enquanto outras tradições foram marginalizadas. Argumenta-se que essa construção não foi neutra, mas articulada aos processos de colonialismo, racismo e hierarquização epistemológica, que definiram quem poderia ser reconhecido como sujeito do conhecimento. A exclusão de filosofias africanas, asiáticas, indígenas e afrodiaspóricas resultou na consolidação de uma narrativa linear e eurocêntrica da história da filosofia. Dialogando com autores como Mogobe Bernard Ramose e Peter K. J. Park, o texto demonstra que a ideia de universalidade filosófica foi construída a partir da imposição de uma perspectiva particular como norma global. Defende-se, assim, uma filosofia antirracista e descolonizada, que vá além da simples inclusão de novos autores, e revise os próprios critérios que definem o que é filosofia. A pluralidade epistemológica é apresentada como condição para a vitalidade do pensamento filosófico. Conclui-se que descolonizar a filosofia significa abrir espaço ao diálogo intercultural, reconhecer a dignidade de múltiplas racionalidades e reafirmar o caráter crítico, emancipador e democrático do filosofar.

Palavras-chave: Filosofia. Colonialidade. Racismo Filosófico. Decolonialidade

Abstract:

This article problematizes the historical centrality of the European philosophical canon in academic formation, highlighting how it was presented as a universal expression of reason, while other traditions were marginalized. It argues that this construction was not neutral, but rather articulated with processes of colonialism, racism, and epistemological hierarchization, which defined who could be recognized as a subject of knowledge. The exclusion of African, Asian, Indigenous, and Afro-diasporic philosophies resulted in the consolidation of a linear and Eurocentric narrative of the history of philosophy. Engaging with authors such as Mogobe Bernard Ramose and Peter K. J. Park, the text demonstrates that the idea of philosophical universality was constructed from the imposition of a particular perspective as a global norm. Thus, an anti-racist and decolonized philosophy is advocated, one that goes beyond the simple inclusion of new authors and revises the very criteria that define what philosophy is. Epistemological plurality is presented as a condition for the vitality of philosophical thought. In conclusion, decolonizing philosophy means opening space for intercultural dialogue, recognizing the dignity of multiple rationalities, and reaffirming the critical, emancipatory, and democratic character of philosophizing.

Keywords: Philosophy. Coloniality. Philosophical Racism. Decoloniality

¹ Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Atualmente é professora efetiva em Filosofia, na EITE A T EC Poeta Juca Pontes, em João Pessoa-PB. E-mail: josineide.barbalho1@professor.pb.gov.br.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4904032953463552>

² Doutorado (2011) em Educação Escolar (UNESP/Araraquara-SP). Atualmente é Prof. Associado C, T- 40 DE da Universidade Estadual da Paraíba, no Departamento de Filosofia, dos Mestrados Profissionais em Filosofia (PROF-FILO/UFCG) e Formação de Professores (PPGFP/UEPB). Email: valmir@servidor.uepb.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0112962944181662>

Introdução

Durante um extenso período histórico, a formação filosófica institucionalizada esteve ancorada em uma narrativa que se apresentou como natural e incontestável: a centralidade da tradição europeia como eixo exclusivo do pensamento filosófico.

Nos currículos escolares e universitários, a história da filosofia foi sistematicamente organizada e difundida como um percurso linear, contínuo e ascendente, que teria início na Grécia Antiga, encontrando sua continuidade no pensamento cristão medieval, consolidando-se com a modernidade europeia e alcançando seu ápice nos sistemas filosóficos formulados, sobretudo, por pensadores alemães e franceses. Tal narrativa, repetida e legitimada ao longo do tempo, passou a ocupar o lugar de uma suposta história universal da razão, sendo apresentada como expressão máxima do desenvolvimento intelectual da humanidade.

Essa forma de organizar e transmitir a filosofia não se limitou à seleção de autores e períodos históricos. Ela produziu efeitos profundos na própria compreensão do que significa filosofar. Ao estabelecer uma única linha evolutiva do pensamento, esse modelo historiográfico sugeriu, ainda que de maneira implícita, que apenas determinadas experiências históricas, culturais e geográficas, como a europeia, seriam capazes de gerar filosofia em sentido pleno.

Assim, fora desse eixo europeu, outras formas de pensamento passaram a ser classificadas como pré-filosóficas, míticas, tradicionais ou meramente culturais, sendo privadas do reconhecimento epistemológico conferido à filosofia ocidental. Nesse sentido, a filosofia foi progressivamente identificada como uma atividade exclusiva do ocidente europeu, associada a um tipo específico de racionalidade que se pretendia universal.

É fundamental reconhecer que tal construção não ocorreu de modo neutro ou desinteressado. Pelo contrário, ela está profundamente imbricada nos processos históricos de expansão colonial europeia, na consolidação do capitalismo moderno e na produção de hierarquias raciais, culturais e epistemológicas. Nessa direção, ao definir previamente o que conta como filosofia, esse enquadramento estabeleceu também quem pode ser reconhecido como sujeito do conhecimento, quais experiências são dignas de reflexão filosófica e quais modos de saber devem ser legitimados no espaço acadêmico. Nesse contexto, povos africanos, indígenas, asiáticos e latino-americanos foram historicamente posicionados como “outros” da razão, situados fora do campo da filosofia legítima.

O resultado desse processo foi a consolidação de um *cânone* filosófico que, ao longo do tempo, passou a ser naturalizado como universal, necessário e incontestável. O cânone abordado nesse estudo, deve ser compreendido como um conjunto de obras e autores ocidentais considerados fundamentais, clássicos e pretensamente universais, historicamente definidos por critérios eurocêntricos, masculinos e brancos. Com tal definição, esse *cânone*, entretanto, não representa a totalidade das experiências humanas de pensamento, mas reflete interesses, valores e contextos históricos específicos, ainda que frequentemente apresentados como neutros e universais. A universalização do particular europeu produziu, assim, um silenciamento sistemático de outras tradições filosóficas, cujas formas de pensar, existir e interpretar o mundo foram desqualificadas ou simplesmente apagadas da história oficial da filosofia.

Questionar a centralidade exclusiva da filosofia europeia, portanto, não significa negar sua importância ou suas contribuições, mas situá-la historicamente e colocá-la em diálogo com outras tradições de pensamento. Esse deslocamento epistemológico permite não apenas enriquecer o campo filosófico, mas também promover uma formação crítica, plural e comprometida com a justiça epistemológica. Ao reconhecer a pluralidade das filosofias, a educação filosófica pode transformar-se em um espaço de resistência às formas de silenciamento e exclusão, contribuindo para a construção de um pensamento verdadeiramente emancipador e antirracista.

Por esse motivo, a crítica ao *cânone* filosófico frequentemente foi interpretada como uma ameaça à própria essência da filosofia, e não como parte constitutiva de sua dinâmica reflexiva. Em muitos contextos acadêmicos, questionar autores consagrados, tradições hegemônicas ou critérios de validação do conhecimento, foi visto como uma tentativa de deslegitimar o saber filosófico, quando, na verdade, esse movimento expressa a vitalidade do pensamento crítico. Afinal, a filosofia se constrói justamente pelo exercício constante de problematização, revisão e diálogo com diferentes experiências humanas.

Nesse preciso sentido, ampliar o debate, incluir novas vozes e reconsiderar pressupostos, não enfraquece a filosofia; ao contrário, fortalece seu compromisso com a verdade, a justiça e a pluralidade, tornando-a mais sensível às transformações históricas, sociais e culturais. Desse modo, a revisão do *cânone* deve ser compreendida como um processo legítimo de renovação e aprofundamento, capaz de expandir horizontes e promover uma reflexão mais inclusiva e contextualizada, pois, a absolutização de uma única perspectiva traz consequências profundas.

Do ponto de vista epistemológico, empobrece o campo do conhecimento ao limitar as perguntas que podem ser feitas e as respostas que podem ser reconhecidas como válidas. Do ponto de vista político, legitima relações de poder que hierarquizam culturas, povos e histórias. E, do ponto de vista humano, produz silenciamentos que negam a dignidade intelectual de grupos inteiros.

A sacralização do *cânone* filosófico europeu

Evidenciamos, na parte introdutória, que apenas uma tradição filosófica foi tomada como referência legítima, ao passo que as outras experiências de mundo foram empurradas para as margens. Assim, os saberes africanos, indígenas, asiáticos e afrodiaspóricos foram sistematicamente desconsiderados, não por ausência de complexidade, mas por não se enquadrarem nos critérios definidos pelo *cânone* europeu. O resultado desse processo de exclusão, foi a construção de uma filosofia que fala em nome da humanidade, mas escuta apenas uma parte dela, a europeia.

É fato notório que a repetição contínua dos mesmos autores, conceitos e problemas, conferiu ao pensamento europeu um estatuto quase sagrado. Por isso, questionar o *cânone* passou a ser visto, muitas vezes, como um ataque à própria filosofia, e não como um exercício legítimo de reflexão crítica, justamente aquilo que a filosofia reivindica como seu núcleo. Essa sacralização criou fronteiras simbólicas rígidas, dentro das quais a filosofia era reconhecida como tal, e fora das quais outros modos de pensar eram classificados como mito, saber popular, tradição oral ou simples crença.

Esse processo histórico acabou convertendo uma tradição específica, marcada por condições culturais, sociais e políticas da Europa, em um padrão considerado universal. Aquilo que surgiu em contextos localizados, passou a ser apresentado como a expressão mais legítima da racionalidade humana, obscurecendo a diversidade de formas de pensar existentes em diferentes sociedades. Como consequência, a filosofia deixou de ser compreendida como uma prática múltipla, enraizada em experiências concretas e distintas, para assumir o *status* de modelo único e normativo. Nessa perspectiva, outros modos de conhecimento foram frequentemente desqualificados ou subordinados, sendo avaliados a partir de critérios externos que não correspondiam às suas próprias lógicas e fundamentos.

Essa crítica dialoga diretamente com a reflexão proposta por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses ao afirmarem que,

A pluralidade epistemológica do mundo e, com ela, o reconhecimento de conhecimentos rivais dotados de critérios diferentes de validade tornam visíveis e credíveis espectros muito mais amplos de ações e de agentes sociais. Tal pluralidade não implica o relativismo epistemológico ou cultural, mas certamente obriga a análises e avaliações mais complexas dos diferentes tipos de interpretação e de intervenção no mundo produzidos pelos diferentes tipos de conhecimento. O reconhecimento da diversidade epistemológica tem hoje lugar, tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos (a pluralidade externa da ciência) (Santos e Meneses, 2013, pág. 19).

Além disso, conforme destacam os autores, essa pluralidade manifesta-se tanto no interior da própria ciência, por meio de debates, controvérsias e diferentes paradigmas, quanto na relação entre a ciência e outros sistemas de conhecimento, como os saberes tradicionais, indígenas, populares e comunitários. Esse reconhecimento contribui para ampliar o horizonte da filosofia e das ciências humanas, permitindo que novos sujeitos históricos, experiências e práticas ganhem visibilidade e legitimidade.

Assim, ao romper com a pretensão de universalidade exclusiva, abre-se espaço para uma concepção de conhecimento mais democrática, intercultural e comprometida com a justiça cognitiva, na qual múltiplas formas de racionalidade podem coexistir e dialogar de maneira crítica e produtiva.

Todavia, na perspectiva do *cânone*, múltiplas formas de interpretações e experiências foram historicamente marginalizadas ou invisibilizadas, uma vez que o *cânone* filosófico passou a ocupar o lugar de referência quase absoluta de verdade e legitimidade.

Ao privilegiar determinados autores, tradições e formas de pensar, construiu-se uma narrativa que excluiu saberes oriundos de diferentes culturas, povos e realidades sociais. Esse processo não apenas restringiu o campo da reflexão filosófica, mas também reforçou hierarquias de poder no âmbito do conhecimento, naturalizando a ideia de que apenas certos sujeitos e contextos seriam capazes de produzir pensamento válido.

Assim, a predominância desse modelo contribuiu para o silenciamento de vozes diversas, especialmente aquelas vinculadas a grupos historicamente oprimidos, cujas experiências poderiam ampliar e enriquecer o debate filosófico.

Por isso, interrogar essa estrutura não implica desconsiderar o valor das tradições filosóficas já consolidadas, nem rejeitar os conhecimentos que

historicamente contribuíram para a formação do pensamento crítico. Ao contrário, trata-se de reconhecer que tais tradições são situadas, marcadas por contextos culturais, sociais e políticos específicos, e que, por isso, não esgotam a pluralidade das formas de pensar e compreender o mundo. Esse movimento crítico aponta para a necessidade de ampliar os horizontes do saber, incorporando outras perspectivas epistemológicas que foram historicamente marginalizadas ou silenciadas.

Nesse sentido, a abertura a novas epistemologias possibilita a construção de um campo filosófico mais diverso, no qual diferentes experiências, culturas e modos de produzir conhecimento possam dialogar em condições de maior equidade. Ao deslocar o *cânone* de sua posição de verdade absoluta e incontestável, torna-se possível promover uma reflexão mais crítica sobre os critérios que definem o que é considerado legítimo no âmbito do conhecimento. Isso favorece o fortalecimento do diálogo intercultural, o reconhecimento da diversidade de saberes e a valorização de vozes que, por muito tempo, permaneceram à margem da produção filosófica.

Desse modo, ao promover uma abertura epistemológica que reconhece a pluralidade de vozes e experiências, esse movimento contribui para a formação de uma filosofia mais democrática, capaz de enfrentar as desigualdades históricas e dialogar com os desafios do mundo contemporâneo. Não se trata apenas de incluir novos conteúdos ou autores, mas de repensar os próprios fundamentos que orientaram a produção do conhecimento, estimulando práticas reflexivas comprometidas com a justiça, a inclusão e a construção coletiva do saber. Essa perspectiva exige que a filosofia se compreenda como um campo em permanente transformação, aberto ao diálogo intercultural e à revisão crítica de seus pressupostos.

É nesse horizonte que se insere a reflexão sobre a relação entre filosofia, colonialidade e silenciamento de saberes. Ao reconhecer que a hegemonia de determinadas tradições está vinculada a processos históricos de dominação, torna-se possível compreender como a exclusão de outras formas de pensamento não foi acidental, mas parte de uma dinâmica mais ampla de poder. A colonialidade não se restringiu ao plano econômico e político; ela também operou no nível epistemológico, definindo quais conhecimentos seriam legitimados e quais permaneceriam à margem. Assim, a crítica ao silenciamento de saberes emerge como etapa fundamental para a reconstrução de um campo filosófico mais plural, no qual diferentes racionalidades possam coexistir e dialogar de maneira crítica, ampliando os horizontes da reflexão e fortalecendo o caráter emancipador da filosofia.

Filosofia, colonialidade e silenciamento de saberes

Assim sendo, a predominância do pensamento europeu na constituição da filosofia moderna não pode ser compreendida de maneira isolada, desvinculada dos processos históricos de colonização. A expansão colonial não se limitou à ocupação de territórios e à exploração econômica; ela implicou também a imposição de padrões culturais, linguísticos e epistemológicos. Nesse sentido, não apenas terras e corpos foram submetidos a relações de dominação, mas também formas de pensar, interpretar o mundo e definir o que deveria ser reconhecido como conhecimento legítimo. Ao longo desse processo, consolidou-se a ideia de que a racionalidade europeia representaria o modelo universal de verdade,

enquanto outras tradições foram classificadas como inferiores, irracionais ou meramente pré-filosóficas.

Nesse contexto, a filosofia, de matriz europeia, desempenhou, em diversos momentos, um papel ambíguo. Embora tenha contribuído para a crítica da opressão e para a defesa da liberdade, também serviu, em determinadas circunstâncias, como instrumento de legitimação da ordem colonial. Ao se apresentar como expressão neutra e universal da razão, desconsiderou seus próprios condicionamentos históricos e culturais, naturalizando hierarquias entre povos e saberes. Essa pretensão de universalidade, ao ocultar sua origem situada, reforçou a marginalização de outras formas de racionalidade, especialmente aquelas vinculadas a tradições africanas, indígenas, asiáticas e afro-diaspóricas.

Como consequência, produziu-se uma divisão simbólica profunda entre centro e periferia do pensamento. A Europa frequentemente se apresentava como espaço privilegiado da teoria, da abstração e da produção conceitual, enquanto outros povos foram, pelos europeus, reduzidos à condição de objetos de investigação ou de fontes empíricas para o desenvolvimento de saberes considerados superiores. Essa dinâmica contribuiu para a invisibilização de filosofias elaboradas em diferentes contextos históricos, dificultando seu reconhecimento como expressões legítimas de reflexão crítica.

Ainda hoje, vestígios dessa lógica permanecem presentes em diversas práticas acadêmicas e educacionais. Currículos, bibliografias e metodologias de ensino, muitas vezes reproduzem uma narrativa que privilegia determinados autores e tradições, limitando o acesso dos estudantes à diversidade de perspectivas filosóficas. Tal cenário não apenas perpetua desigualdades epistemológicas, mas também empobrece o próprio campo da filosofia, ao restringir o horizonte das questões e das interpretações possíveis.

Diante disso, torna-se fundamental promover uma reflexão crítica sobre os processos de colonialidade do saber, reconhecendo a necessidade de ampliar o campo filosófico e de valorizar múltiplas formas de pensamento. Esse movimento não implica rejeitar a tradição europeia, mas situá-la em diálogo com outras tradições, de modo a construir uma filosofia mais plural, intercultural e comprometida com a justiça cognitiva. Ao recuperar saberes historicamente silenciados, a filosofia pode reafirmar sua vocação crítica, contribuindo para a construção de uma compreensão mais ampla, democrática e sensível às complexidades do mundo contemporâneo.

Silenciamento Epistêmico e Racismo Filosófico

Esse silenciamento não se restringiu à exclusão de autores ou tradições específicas, mas operou também no plano metodológico e epistemológico. Outras formas de racionalidade — que articulam pensamento e corporeidade, razão e ancestralidade, conhecimento e território, sujeito e comunidade — foram deslegitimadas por não se adequarem aos critérios estabelecidos pela racionalidade moderna europeia. Com isso, o ensino da filosofia passou a reproduzir uma concepção estreita de razão, frequentemente marcada pela abstração excessiva, pela separação entre sujeito e mundo, e pela negação das dimensões históricas, culturais e existenciais do conhecimento.

Outro ponto que precisa ser mencionado é que, ao silenciar outras filosofias, a academia não apenas marginaliza determinados grupos, mas empobrece o próprio campo filosófico. A redução da filosofia a uma única tradição limita o

horizonte de perguntas possíveis e restringe as formas de interpretar a realidade. Questões fundamentais sobre coletividade, ancestralidade, relação com a natureza, espiritualidade e bem viver, amplamente exploradas em filosofias não europeias, permanecem sub exploradas ou ausentes do debate acadêmico.

A filosofia, quando confinada a um único referencial, corre o risco de transformar-se em um exercício autorreferente, distante das múltiplas experiências humanas que lhe dão sentido. Assim, a exclusão não afeta apenas aqueles que são silenciados, mas compromete a vitalidade crítica da própria filosofia.

Por isto, superar a concepção excludente ainda predominante nos cursos de filosofia, demanda uma transformação estrutural na formação acadêmica. Isso implica repensar currículos, práticas pedagógicas e abordagens metodológicas, de modo a abrir espaço real para a diversidade de tradições filosóficas. Uma formação plural não relativiza o rigor filosófico; ao contrário, amplia-o, ao colocar em diálogo diferentes modos de pensar.

Uma filosofia verdadeiramente comprometida com seu caráter crítico, não pode se sustentar sobre exclusões. Ao acolher a pluralidade de vozes e experiências, o pensamento filosófico recupera sua função emancipadora e se reafirma como um exercício vivo de reflexão sobre a realidade.

No entanto, precisamos salientar que esse silenciamento e o racismo filosófico presente nele, segundo Mogobe Bernard Ramose – filósofo sul-africano e um dos principais pensadores que popularizou a filosofia africana – essa exclusão segue a lógica da dominação:

Esta lógica da exclusão foi experimentada historicamente, como o foi para nós, na cristianização e colonização dos outros povos do mundo. O significado filosófico desses eventos históricos é a afirmação de que uma perspectiva particularista pode reivindicar o direito de se impor como a primeira e única experiência, conhecimento e verdade se encaixam e se tornam válidos para todos os outros seres humanos independentemente de suas condições existenciais. Esta é a peculiaridade do esforço de suprimir e mesmo eliminar a pluriversalidade do ser. Esta é a base para o questionável e equivocado conceito de “universalidade”, conforme ilustrado acima. Reivindicar que só há uma filosofia “universal” sem cultura, sexo, religião, história ou cor, é afirmar que a particularidade é um ponto de partida válido para a filosofia. Esta reivindicação não é explicitamente reconhecida com frequência pelos protagonistas da “universalidade” da filosofia (Ramose, 2011, p. 6).

Essa reflexão proposta por Ramose evidencia que a lógica da exclusão não é apenas um fenômeno abstrato, mas uma experiência histórica concreta vivida por diversos povos ao longo dos processos de cristianização e colonização. Esses acontecimentos não representaram somente a expansão territorial ou religiosa de determinados grupos, mas implicaram também a imposição de uma visão de mundo específica, como se fosse a única forma legítima de compreender a realidade. Nesse contexto, saberes, culturas e modos de existência foram desqualificados, silenciados ou considerados inferiores, enquanto uma perspectiva particular se afirmou como parâmetro universal de verdade e racionalidade.

Do ponto de vista filosófico, esse processo revela como determinadas tradições conseguiram transformar suas experiências históricas e culturais em normas supostamente neutras e universais. Ao reivindicar validade para todos os seres humanos, independentemente de suas condições existenciais, tais perspectivas ocultaram suas próprias raízes culturais e sociais. Desse modo, o que

se apresentou como universal, na verdade, correspondeu a uma universalização de uma particularidade. Esse movimento contribuiu para a negação da pluralidade do ser e para a deslegitimação de outras formas de pensar, viver e produzir conhecimento.

Essa tentativa de suprimir a pluriversalidade, ou seja, a coexistência de múltiplas racionalidades e experiências humanas, está na base de um conceito de universalidade que se mostra problemático. Quando se afirma que existe uma filosofia universal, desvinculada de cultura, gênero, religião, história ou raça, sustenta-se, implicitamente, a ideia de que apenas determinados sujeitos históricos podem falar em nome da razão. Tal pretensão mascara relações de poder, pois apresenta como neutro aquilo que, na verdade, é situado. Ao mesmo tempo, impede que outras vozes sejam reconhecidas como igualmente capazes de produzir reflexão filosófica rigorosa.

Nesse sentido, o questionamento dessa universalidade não implica negar o valor das contribuições filosóficas construídas ao longo da história, mas exige reconhecer seus limites e condições de produção. Trata-se de promover uma compreensão mais crítica e inclusiva da filosofia, capaz de acolher a diversidade de perspectivas e de reconhecer que a racionalidade humana se manifesta de formas plurais. Ao assumir a pluriversalidade como horizonte, a filosofia pode superar práticas excludentes e abrir-se ao diálogo intercultural, favorecendo a construção de um saber mais democrático, sensível às diferenças e comprometido com a justiça epistemológica.

Assim, a crítica proposta por Ramose, convida a repensar o próprio sentido da universalidade, não como uniformização ou imposição, mas como um processo aberto de comunicação entre diferentes tradições. Uma universalidade construída a partir do encontro, do reconhecimento mútuo e da reciprocidade, permite que a filosofia se renove, tornando-se mais atenta às experiências humanas diversas e às complexidades do mundo contemporâneo.

Assim, a permanência de uma concepção excludente nos cursos acadêmicos de filosofia, revela que o desafio da descolonização do pensamento ainda está longe de ser superado. Enfrentar esse desafio é reconhecer que a filosofia não pertence a um único povo ou tradição, mas é uma construção coletiva da humanidade. Ao romper com os silenciamentos históricos e abrir espaço para outras filosofias, não apenas ampliamos o campo do saber, mas reafirmamos a própria essência da filosofia como diálogo, crítica e abertura ao outro.

É nesse ponto que se torna possível compreender a noção de racismo filosófico. Trata-se de um processo pelo qual determinados grupos humanos são considerados incapazes de produzir pensamento filosófico legítimo, não por ausência de reflexão, mas por critérios raciais, culturais e civilizatórios historicamente construídos. O racismo filosófico opera, portanto, como uma dimensão específica do racismo estrutural, ao hierarquizar saberes e racionalidades, atribuindo valor superior ao pensamento europeu e inferiorizando ou invisibilizando os saberes produzidos por povos racializados.

Ao tratar o *cânone* europeu como a única via legítima de acesso à verdade e à razão, a formação filosófica tradicional contribuiu para reforçar hierarquias epistemológicas que dialogam diretamente com estruturas mais amplas de dominação, como o colonialismo, o eurocentrismo e o racismo. Nesse sentido, a exclusão de outras filosofias não pode ser compreendida como mero esquecimento ou lacuna historiográfica, mas como parte constitutiva de um projeto que definiu

quais vozes poderiam falar, quais saberes seriam reconhecidos e quais deveriam permanecer à margem do campo filosófico.

Essa perspectiva já se constata na formação do *cânone*, no pensamento de Christoph Meiners (1747-1810), filósofo e naturalista alemão que se especializou em antropologia. Conforme menciona o filósofo Peter K. J. Park:

Quando comecei este projeto há mais de uma década, não considerava que o racismo pudesse estar envolvido na formação do *cânone* moderno da filosofia. Tendo prestado pouca atenção a Christoph Meiners, eu não poderia ter suspeitado que os argumentos racistas deste escritor antropológico meio esquecido do final do século XVIII estavam na origem da exclusão da África e da Ásia das histórias modernas da filosofia (Park, 2013, p. 11).

Meiners destacou-se como um intelectual prolífico, cuja produção atravessou diferentes campos do saber, como a filosofia, a história, a antropologia e a psicologia moral. Essa atuação interdisciplinar permitiu que suas ideias circulassem em distintos ambientes acadêmicos, influenciando tanto o desenvolvimento das ciências humanas quanto a forma como se pensava a diversidade humana. Seus escritos foram amplamente lidos, comentados e, em muitos casos, utilizados como referência por estudiosos que buscavam compreender a origem, o desenvolvimento e as diferenças entre os povos ao longo da história.

No contexto alemão, Meiners esteve inserido em um momento de intensa reorganização do conhecimento científico e filosófico. As universidades passavam por transformações importantes, e as ciências humanas buscavam afirmar-se como campos legítimos de investigação, ancorados em métodos considerados racionais e sistemáticos. Nesse cenário, os trabalhos de Meiners contribuíram para a consolidação de uma abordagem que articulava história, natureza humana e cultura, oferecendo interpretações que pretendiam explicar o desenvolvimento das sociedades a partir de critérios supostamente científicos.

Por isso, Peter K. J. Park defende em sua obra *África, Ásia e a História da Filosofia: o racismo na formação do cânone filosófico, 1780-1830* (2013), que Meiners foi o primeiro responsável por uma campanha sistemática e bem-sucedida de exclusão da África e da Ásia da história da filosofia, consolidando uma visão eurocêntrica que restringiu o reconhecimento do pensamento filosófico a tradições europeias. Assim, Park argumenta que,

Neste livro, defendo que Meiners foi o primeiro agente de uma campanha bem-sucedida para excluir a África e a Ásia da história da filosofia e que esta campanha foi levada adiante por Wilhelm Tennemann, que foi o mais importante historiador kantiano da filosofia na virada do século XIX, e por Hegel. A influência direta de Meiners sobre eles é evidente em seus argumentos para excluir o Oriente da história da filosofia. Os argumentos centrais que atravessaram tanto a história da filosofia kantiana quanto a hegeliana foram os raciais-antropológicos, importados das publicações de Meiners e repetidos sem muita mudança (Park, 2013, p. 11).

Diante desse cenário, torna-se urgente problematizar a própria ideia de uma história única, linear e universal da filosofia. Reconhecer que o pensamento filosófico emerge de múltiplos contextos históricos e culturais implica ampliar o horizonte do que se entende por filosofia e romper com a lógica excludente que marcou sua institucionalização. Diferentes povos, em distintos tempos e lugares,

elaboraram reflexões profundas sobre a existência, o conhecimento, a ética, a política e o sentido da vida, ainda que essas reflexões não tenham sido formuladas segundo os moldes da tradição europeia moderna.

É nesse movimento crítico que se insere a proposta de uma filosofia antirracista. Mais do que incluir novos autores ou conteúdos nos currículos, a filosofia antirracista propõe uma revisão radical das bases epistemológicas que sustentaram a exclusão e a hierarquização dos saberes. Trata-se de questionar os critérios que definiram o que é filosofia, quem pode filosofar e quais experiências são consideradas fontes legítimas de reflexão filosófica. Ao fazer isso, a filosofia antirracista busca desestabilizar o racismo filosófico e abrir espaço para uma pluralidade de racionalidades historicamente silenciadas.

O argumento apresentado por Park, reforça de maneira contundente o sentido crítico da filosofia antirracista. Ao situar historicamente a exclusão da África e da Ásia das narrativas filosóficas, o autor evidencia que essa negação não é natural nem atemporal, mas resultado de escolhas intelectuais e políticas específicas do contexto europeu do final do século XVIII.

Assim, essas vozes silenciadas, ou seja, a exclusão de outras filosofias, segundo Park tem data.

A exclusão da África e da Ásia das histórias da filosofia é relativamente recente. Não foi antes da década de 1780 que os historiadores da filosofia começaram a negar que os povos africanos e asiáticos eram filósofos. Também a partir daquela época, eles separavam a religião da filosofia e argumentavam que africanos e asiáticos tinham religião, mas não filosofia. Em outros termos, os historiadores da filosofia começaram a excluir os povos que eles consideravam demasiado primitivos e incapazes de filosofia (Park, 2013, p. 15).

A redefinição restritiva do que passou a ser reconhecido como “filosofia”, operou como um mecanismo de poder, ao dissociar racionalidade e espiritualidade e ao classificar determinados povos como incapazes de pensamento filosófico.

Nesse sentido, a filosofia antirracista não se limita a reparar uma lacuna curricular, mas confronta os critérios que legitimaram essa exclusão. Ao questionar a falsa oposição entre filosofia e religião e a ideia de que apenas certos modos de racionalidade seriam universais, ela revela o caráter etnocêntrico dessas classificações. Assim, recuperar filosofias africanas e asiáticas significa também desestabilizar a hierarquia dos saberes e reconhecer que diferentes experiências históricas e culturais produziram formas legítimas e complexas de reflexão sobre o mundo, a ética e a existência.

A pluralidade como condição da filosofia formativa e descolonizada

Reconhecer os limites do *cânone* filosófico não significa desconsiderar sua relevância histórica nem ignorar as contribuições que ele trouxe para a formação do pensamento crítico. O desafio não está na existência de uma tradição europeia, mas no fato de ela ter sido, por muito tempo, elevada à condição de referência universal e incontestável, como se representasse a totalidade da razão humana. Esse processo acabou por invisibilizar outras formas de reflexão e por restringir o campo filosófico a um conjunto específico de experiências culturais. Assim, o que se propõe não é a substituição de uma tradição por outra, mas a superação de sua centralidade exclusiva.

A filosofia, em sua essência, caracteriza-se pelo diálogo, pelo confronto argumentativo, pela escuta ativa e pela disposição de rever certezas. Trata-se de uma prática que se alimenta da diferença e da inquietação diante do mundo. Quando o pensamento se reduz à mera repetição de autores e conceitos consagrados, o que se preserva é a erudição; contudo, a filosofia só se realiza plenamente quando há problematização, abertura ao novo e disposição para questionar o que parece estabelecido. É nesse movimento que o pensamento se renova e se torna vivo, capaz de responder aos desafios de seu tempo.

Abrir espaço para outras tradições filosóficas implica reconhecer que a racionalidade humana é múltipla, situada e historicamente construída. Significa admitir que diferentes povos, em distintos contextos, desenvolveram formas complexas e profundas de refletir sobre a existência, a ética, a política, a temporalidade, a relação com a natureza e as condições do bem viver. Esses saberes, embora frequentemente expressos por meio de narrativas, mitos, oralidades, símbolos ou práticas comunitárias, não são inferiores nem menos rigorosos. Pelo contrário, revelam outras maneiras de organizar o pensamento, formular perguntas e buscar sentidos para a vida.

Desse modo, a pluralidade não deve ser vista como ameaça à filosofia, mas como sua própria condição de possibilidade. Ao acolher diferentes perspectivas, a filosofia amplia seus horizontes, fortalece o pensamento crítico e se torna mais sensível às desigualdades, às experiências históricas diversas e às complexidades do mundo contemporâneo. Trata-se de um caminho que favorece a construção de um saber mais democrático, inclusivo e comprometido com o diálogo intercultural, capaz de reconhecer a dignidade epistêmica de múltiplas vozes e de promover formas mais justas de produção do conhecimento.

É nesse sentido que uma formação filosófica, comprometida com a justiça epistemológica precisa superar o modelo monocêntrico que ainda estrutura muitos currículos. Isso não se faz por meio da simples adição de novos autores ao programa tradicional, mas pela revisão crítica dos próprios critérios que definem o que é filosofia. Trata-se de deslocar o olhar, questionar hierarquias e reconhecer a legitimidade de múltiplos modos de pensar.

Descolonizar o ensino da filosofia é recuperar sua vocação crítica e libertadora. É permitir que estudantes se reconheçam como sujeitos capazes de pensar filosoficamente a partir de suas próprias experiências históricas e culturais. É transformar a filosofia em um espaço de encontro entre mundos, e não em um monumento intocável, erguido sobre exclusões. Pois, conforme Ramose,

Fazer filosofia desta maneira exige disposição para reconhecer outras filosofias e, na verdade, engajar-se no diálogo com elas. O reconhecimento não é uma mera questão de cortesia. Ele é a realização filosófica da pluriversalidade do ser. Deste modo, o diálogo pertence ao mais íntimo significado da palavra filosofia. Ele é a obrigação moral e científica de reconhecer a existência de filosofias que não sejam a nossa própria. Ele é o convite para estudar outras filosofias. Esta é a quarta implicação derivada da filosofia da exclusão (Ramos, 2011, p. 8).

A reflexão de Ramose evidencia que a prática filosófica, quando compreendida de modo autêntico, exige mais do que o simples reconhecimento formal da diversidade de tradições. Trata-se de assumir o diálogo como condição constitutiva da própria filosofia. Nesse sentido, reconhecer outras filosofias não pode ser reduzido a um gesto superficial de tolerância ou respeito simbólico, mas deve envolver uma abertura real à escuta, à aprendizagem e à transformação do

próprio pensamento. O reconhecimento, portanto, não é um ato de concessão, mas um compromisso epistemológico e ético com a pluralidade do ser.

Essa perspectiva coloca em evidência a ideia de pluriversalidade, isto é, a coexistência de múltiplas formas legítimas de compreender o mundo. Ao afirmar que o diálogo é a realização filosófica dessa pluriversalidade, Ramose destaca que o pensamento filosófico se fortalece quando entra em contato com a diferença, pois é nesse encontro que se ampliam os horizontes de compreensão. O diálogo não é apenas um método, mas um princípio que impede a filosofia de se fechar em si mesma, preservando seu caráter crítico e sua capacidade de renovação.

Além disso, ao considerar o diálogo uma obrigação moral e científica, o autor aponta para a responsabilidade dos filósofos e das instituições acadêmicas de reconhecer a legitimidade de outras tradições de pensamento. Isso implica questionar hierarquias históricas que classificaram determinados saberes como inferiores ou não filosóficos, bem como revisar currículos, práticas pedagógicas e critérios de validação do conhecimento. O convite ao estudo de outras filosofias, nesse contexto, representa um passo fundamental para superar o isolamento epistemológico e construir uma filosofia mais democrática, inclusiva e intercultural.

Assim, a proposta de Ramose não apenas denuncia a exclusão, mas oferece um caminho para sua superação. Ao situar o diálogo no centro da atividade filosófica, ele reafirma que a filosofia só permanece viva quando se abre ao outro, quando reconhece a dignidade intelectual de diferentes povos e quando assume a pluralidade como condição de sua própria existência. Dessa forma, o pensamento filosófico pode contribuir de maneira mais efetiva para a construção de sociedades mais justas, baseadas no reconhecimento, na reciprocidade e na cooperação entre diferentes modos de pensar e de viver.

Pois, pensar a partir da filosofia descolonial implica deslocar o eixo tradicional da reflexão filosófica, questionando os fundamentos que foram consolidados pela modernidade ocidental e pelo eurocentrismo como se fossem universais e neutros. Durante séculos, determinadas concepções de razão, ciência, humanidade e verdade foram apresentadas como modelos únicos de racionalidade, ao mesmo tempo em que outros modos de conhecer e interpretar o mundo foram desqualificados, silenciados ou reduzidos à condição de saberes inferiores. A filosofia descolonial surge, portanto, como um movimento crítico que problematiza essa hierarquização histórica dos conhecimentos e denuncia a colonialidade que permanece operando nas estruturas do pensamento contemporâneo.

Essa perspectiva evidencia que o colonialismo não foi apenas um processo político e econômico, mas também epistemológico. Ou seja, além da exploração territorial e da dominação dos corpos, houve a imposição de um padrão de conhecimento que definiu quem poderia falar, o que poderia ser considerado saber legítimo e quais experiências seriam reconhecidas como dignas de reflexão filosófica. A chamada “desobediência epistêmica” consiste justamente em romper com essa lógica, recusando a naturalização de um único horizonte de racionalidade e abrindo espaço para a pluralidade de vozes e perspectivas.

Desse modo, pensar descolonialmente não significa rejeitar toda a tradição europeia, mas questionar sua pretensão de universalidade e exclusividade. Trata-se de reconhecer que há múltiplas formas de produzir conhecimento — enraizadas em contextos históricos, culturais e territoriais diversos — e que essas formas também elaboram conceitos, categorias e interpretações consistentes sobre a existência humana, a ética, a política e o sentido da vida. Ao valorizar as

cosmovisões de povos indígenas, afrodescendentes e demais comunidades historicamente subalternizadas, a filosofia descolonial amplia o horizonte do pensamento e restitui a dignidade epistemológica a experiências antes marginalizadas.

Em conclusão, a filosofia descolonial constitui um exercício simultaneamente intelectual e político de reconstrução do pensamento. Ao desestabilizar as bases eurocêntricas que moldaram o conceito de conhecimento e ao afirmar a legitimidade de saberes plurais, ela promove uma transformação profunda na maneira como compreendemos a nós mesmos e o mundo. Mais do que uma crítica ao passado, trata-se de um compromisso com a construção de um futuro em que diferentes racionalidades possam coexistir em diálogo, sem hierarquias impostas, reconhecendo a diversidade como fundamento da própria filosofia.

Considerações finais

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a crítica ao *cânone* filosófico europeu não tem como objetivo negar suas contribuições, mas problematizar sua pretensão de universalidade exclusiva e os efeitos históricos de exclusão que dela decorreram.

Ao reconhecer que a filosofia foi, em muitos momentos, mobilizada como instrumento de legitimação de hierarquias raciais, culturais e epistêmicas, torna-se possível compreender que o desafio contemporâneo consiste em reconstruir esse campo de saber a partir de bases mais plurais, democráticas e interculturais. Essa tarefa implica deslocar a ideia de universalidade como imposição de uma única racionalidade e concebê-la como horizonte aberto de diálogo entre diferentes tradições.

Nesse sentido, a valorização da diversidade epistemológica não conduz ao relativismo, mas à ampliação do rigor crítico, ao exigir que o pensamento filosófico confronte seus próprios pressupostos, reconheça seus condicionamentos históricos e se abra à alteridade. Tal postura favorece o surgimento de novas perguntas, perspectivas e formas de problematização, enriquecendo o debate filosófico e tornando-o mais sensível às múltiplas experiências humanas. Assim, a filosofia deixa de ser um espaço restrito e passa a se afirmar como prática viva, comprometida com a escuta, a justiça cognitiva e a construção coletiva do saber.

Desse modo, uma filosofia antirracista e descolonizada não se limita à inclusão de autores ou temas antes silenciados, mas busca transformar os fundamentos que sustentaram a exclusão e a marginalização de saberes. Trata-se de reconhecer que diferentes povos produziram e continuam produzindo formas legítimas de reflexão sobre a existência, a ética, a política e o bem viver. Ao assumir a pluralidade como condição constitutiva do pensamento, a filosofia reafirma sua vocação crítica, sua potência emancipadora e sua capacidade de contribuir para a construção de sociedades mais justas.

Por fim, a superação dos silenciamentos históricos requer compromisso institucional, pedagógico e intelectual. Currículos, metodologias e práticas acadêmicas precisam ser continuamente revistos, de modo a garantir que a formação filosófica dialogue com a diversidade cultural, histórica e social do mundo contemporâneo. Ao acolher múltiplas vozes e experiências, a filosofia não perde sua identidade; ao contrário, fortalece-se como espaço de encontro, criação e transformação, reafirmando-se como um exercício coletivo de pensar o mundo e de imaginar futuros mais inclusivos e solidários.

Com efeito, superar a centralidade absoluta do *cânone* europeu não implica rejeitar sua importância nem ignorar as contribuições que ele trouxe para a construção do pensamento filosófico. Trata-se, antes, de situá-lo historicamente, reconhecendo que ele constitui apenas uma entre as múltiplas expressões da racionalidade humana. Esse deslocamento permite compreender a filosofia como uma rede ampla e dinâmica de tradições, experiências e formas de reflexão, nas quais diferentes culturas, tempos e contextos produziram perguntas fundamentais sobre a existência, o conhecimento, a ética e a vida em comum. Ao reconhecer que nenhuma sociedade possui o monopólio da razão, abre-se espaço para uma visão mais plural, inclusiva e crítica do saber.

Essa perspectiva contribui para devolver à filosofia sua vitalidade, pois a liberta da rigidez de um modelo único e a reconecta com a diversidade concreta das experiências humanas. Quando situada, a tradição europeia deixa de ser referência exclusiva e passa a dialogar em condições mais equitativas com outros modos de pensar, favorecendo encontros interculturais capazes de ampliar o horizonte das questões filosóficas. Nesse processo, não se trata de substituir um centro por outro, mas de construir uma ecologia de saberes, na qual diferentes racionalidades coexistem, se tensionam e se enriquecem mutuamente.

A filosofia, quando permanece fiel à sua vocação crítica, não se reduz à conservação de verdades estabelecidas, mas se afirma como abertura permanente ao novo, ao diferente e ao inesperado. Em vez de fechar caminhos, ela os multiplica, estimulando a criatividade intelectual, a problematização e o diálogo. É nesse movimento que o pensamento recupera sua força ética e política, tornando-se sensível às desigualdades, às injustiças e às urgências do presente. Ao acolher a pluralidade, a filosofia fortalece sua capacidade de interrogar o mundo e de contribuir para a construção de formas mais justas de convivência.

Assim, um horizonte filosófico plural não representa ameaça à tradição, mas condição para sua renovação. Ao reconhecer a diversidade de perspectivas e experiências, o pensamento se torna mais democrático, mais atento às vozes historicamente silenciadas e mais comprometido com a construção coletiva do conhecimento. Desse modo, a filosofia reafirma sua função como prática viva de reflexão sobre o mundo e sobre nós mesmos, mantendo-se aberta à transformação e à reinvenção diante dos desafios contemporâneos.

Referências

PARK, Peter K. J. **África, Ásia e a história da filosofia: o racismo na formação do cânone filosófico, 1780-1830** / Peter K. J. Park. p. cm. - (Série SUNY, Filosofia e Raça). ISBN 978-1 4384-4641-7 (disponível em <https://pt.scribd.com/document/736760739/1-Africa-Asia-e-a-Historia-Da-Filosofia-Racismo-Na-Formacao-Do-Canone-Filosofico-1780-1830-Peter-K-J>) Acesso em 13/12/2025.

RAMOSE, M. B. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Ensaios Filosóficos, Volume IV - outubro/2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013. ISBN 978-85-249-2107-0

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026